

FORMA E FUNÇÃO NOS GÊNEROS DE DISCURSO¹

Vera Lúcia PAREDES SILVA²

- **RESUMO:** Este artigo apresenta reflexões sobre os gêneros do discurso e/ou tipos de texto. Em primeiro lugar, são discutidas as definições de discurso de acordo com os dois principais paradigmas correntes na lingüística – o formalista e o funcionalista. Em seguida, os conceitos de gênero do discurso (ou tipos de texto) são relacionados a tais definições. Finalmente, oferece-se uma categorização de gênero em níveis, com base nos critérios estrutural e funcional. No primeiro nível, são examinados os traços lingüísticos dos textos, o que permite a identificação das estruturas do discurso; no segundo, considera-se o uso da estrutura em unidades comunicativas convencionais; e no terceiro, avalia-se o propósito comunicativo do autor.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gênero do discurso; tipo de texto; categorização de gênero; critérios estrutural e funcional; propósito comunicativo.

Introdução

A questão dos gêneros de discurso vem ocupando um espaço cada vez maior nas análises lingüísticas. Podemos relacionar essa tendência ao fato de, nos últimos vinte anos, a lingüística ter ampliado seu escopo de investigação para abranger mais do que a construção formal e descontextualizada de sentenças: os princípios organizadores do discurso, seus aspectos interacionais, o contexto em que se atualiza, as

1 Este artigo se baseia em relatório apresentado ao CNPq em janeiro de 1995, como fruto de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na Universidade de Georgetown, no segundo semestre de 1994, sob supervisão da Dra. Deborah Schiffrin – processo n.201042/ 94.

2 Departamento de Lingüística – Faculdade de Letras – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

condições sob as quais opera – tudo aquilo, enfim, que se pode abngar sob o rótulo tão amplo quanto vago de análise do discurso

Nesse sentido, é claro que uma classificação dos gêneros de discurso se torna necessána, na medida em que cada gênero impõe restrições específicas à maneira como se começa ou acaba um texto, e se associa a determinadas situações de uso, e não a outras

No entanto, formular uma classificação dos gêneros de discurso não é tarefa fácil. Para começar, lembremos que há uma forte tradição associando o próprio termo *gênero* a estudos literános, o que deixa muitos linguistas pouco à vontade em usá-lo. Daí a tendência a substituí-lo pela expressão *tipo de texto*, considerada mais neutra³

Podemos identificar várias linhas de pesquisa que se interessam por unidades maiores que a sentença. Algumas mais frequentemente examinam narrativas, gênero cujos limites, planos e organização interna já foram bastante explorados (sociolinguística varacionista, funcionalismo givoniano, retórica contrastiva). Outra tradição de peso é a que analisa o diálogo, desde os simples pares adjacentes até sequências mais longas de conversa (teoria dos atos de fala, etnografia da comunicação, análise da conversação). Em todas elas perpassam referências aos gêneros de discurso, seja para descrevê-los (Labov, 1975, Hopper, 1979), seja para estabelecer limites entre segmentos de discurso (Jefferson, 1978), mas quase sempre se pressupõe que seja possível identificar os gêneros, que são tomados como uma espécie de primitivo.

Além disso, o interesse crescente pelas relações entre fala e escrita, vistas não como uma dicotomia, mas como um *continuum*, também tem despertado a atenção dos pesquisadores para a necessidade de se examinarem os gêneros, para que não se atribuam a diferenças de modalidade (oral/escrita) traços que na verdade são peculiares a certos tipos de texto (Biber, 1988).

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o tema *tipologia de textos* (ou *gêneros de discurso*) e sobre os possíveis critérios que permitam melhor orientá-la. Longe de propor soluções, ele pretende levantar algumas questões formuladas a partir de minha própria experiência na análise de cartas pessoais, um tipo de texto à primeira vista homogêneo, mas capaz de incorporar muita variação interna (cf. Paredes Silva, 1988). Na tentativa de destrinçar o emaranhado dos gêneros, proponho

3 Acrescente-se a isso uma tendência recente em estudos sociolinguísticos, já observada também em português, a usar gênero como substituto de *sexo* na caracterização de variáveis, para ser “politicamente correto”.

que se trabalhe com critérios de diferentes ordens para chegar a uma classificação (ou, talvez, apenas a uma "clarificação", conforme Swales 1990). Como é muito grande o número de perguntas que surgem quando se discute o tema, o espaço de um capítulo exige que se limitem os aspectos tratados.

Para melhor entender os vários caminhos que se oferecem aos que têm buscado identificar e delimitar seqüências de discurso, começo por distinguir algumas tendências teóricas da lingüística atual e nelas situar diferentes concepções de *discurso*, de acordo com Schiffrin (1994). Em seguida, indico como algumas abordagens à análise do discurso lidam com a questão dos *gêneros*. Finalmente, procuro conciliar contribuições advindas das várias perspectivas, propondo critérios para uma *classificação em níveis* dos tipos de discurso.

Concepções de discurso

É consenso entre os estudiosos que há, no panorama da investigação lingüística atual, duas linhas que se destacam, pressupondo diferentes concepções sobre a natureza da linguagem, os objetivos da teoria lingüística e os métodos de investigação. Nichols (1984) as identifica como a *lingüística formal* (na qual inclui a estrutural e a gerativa) e a *lingüística funcional*, sob a qual se abrigam várias interpretações do termo *função*, apresentadas pela autora no referido artigo. Schiffrin (1994) também menciona a variedade de rótulos com que se podem designar essas duas vertentes, e apresenta, seguindo Hymes (1974), um conjunto de propriedades que serve para opor o paradigma formal (estrutural) ao paradigma funcional (interativo). Em termos bastante gerais, a visão formalista defende a autonomia do sistema gramatical, enquanto a funcionalista acredita que o sistema gramatical está condicionado (ou mesmo determinado) pelas funções comunicativas que realiza, encontrando, assim, suas motivações numa esfera fora da língua.

Tais concepções naturalmente se refletem na definição de *discurso*, ora entendido como uma unidade estrutural acima do nível da sentença, ora como uma unidade da língua em uso, e, por conseguinte, nos critérios usados para identificação dos *gêneros de discurso*. Reconhecendo a necessidade de melhor se aprofundarem as relações entre a perspectiva formal e a funcional, Schiffrin (1994) discute concepções de discurso dentro de cada um desses paradigmas e ainda propõe uma terceira possibilidade, como tentativa de conciliar os dois. Assim, o discurs-

so é apresentado: 1) como o que extrapola o nível da sentença; 2) como uso da língua; 3) como enunciados (*utterances*).

A primeira dessas concepções é associada a uma visão teórica *formalista/estruturalista*, no sentido de que a análise do discurso não faria senão segmentar o discurso, também neste nível mais alto, em suas unidades mínimas, entendidas ora como sentenças (apud Schiffrin, 1994), ora como proposições (Grimes, 1975), ora como cláusulas (Linde & Labov, 1975). Aliás, a autora assinala este como um ponto frágil dessa concepção, uma vez que identificar as unidades constituintes do discurso é freqüentemente uma difícil tarefa. A própria sentença, geralmente entendida como uma construção gramatical autônoma, revela-se uma noção problemática quando aplicada à fala (Chafe, 1982, 1987, 1990). Além disso, muitas análises têm apontado que as propriedades sintáticas de orações ou de sentenças influenciam/são influenciadas pelas estruturas do texto em que se inserem (Mathiessen & Thompson, 1988), o que acabaria por trazer certa circularidade a esta concepção.

Outro traço típico da visão estruturalista de discurso – reflexo das concepções estruturalistas de um modo geral – é a análise da relação das unidades constituintes entre si, mas não de suas relações funcionais com o contexto.

Transpondo a questão para uma análise dos gêneros, caberia, nessa concepção, a segmentação de uma narrativa, por exemplo, em suas partes constituintes, e análise da articulação das partes entre si, mas não seriam consideradas as diferentes situações comunicativas, os contextos em que uma narrativa ocorre.

A concepção de discurso como *língua em uso* está relacionada a uma visão teórica *funcionalista*. Ela se encontra em autores como Brown & Yule (1983), que ressaltam a necessidade de a análise do discurso não se restringir à descrição de formas, mas considerar a função a que essas formas servem nas relações humanas. Podemos dizer que o traço principal que distingue essa abordagem da estrutural é que aqui sempre se considera o discurso vinculado ao contexto em que se realiza, e aí se incluem os participantes, a situação social, os dados culturais etc. Em qualquer das suas versões (radical ou moderada), tal visão teórica considera o discurso interdependente da vida social, no sentido de que sua análise se interliga com significados, atividades e sistemas externos a ele.

Um exemplo clássico de abordagem funcionalista do discurso seria a proposta de Jakobson (1969) para as funções da linguagem. Nela estão incluídos os componentes da situação comunicativa – emissor,

destinatário, contexto etc. – na dependência dos quais será definida a função predominante num texto.

A crítica que Schiffrin (1994) apresenta a esse tipo de abordagem do discurso é que, ao levar em conta todas as relações entre linguagem e contexto, acaba-se por ter em mãos uma gama muito variada de fenômenos, mascarando-se o objeto específico da análise do discurso. Por exemplo, variações de pronúncia correlacionadas a determinados contextos sociais podem ter interesse sociolinguístico, mas certamente pouco contribuem para a identificação do propósito comunicativo de um enunciado. Em outras palavras, essa concepção corre o risco de ser extremamente abrangente, ao englobar como objeto da análise do discurso todos os usos da linguagem e não estabelecer um lugar definido para o discurso, dificultando que se identifique sua ordem específica de fenômenos e que se descubram suas regularidades. Classificações dos gêneros de discurso baseadas em funções da linguagem, como a de Kinneavy (1983), se encaixam nessa perspectiva.

A terceira concepção – *discurso como enunciados* – no entender de Schiffrin (1994), procura conciliar as duas anteriores. Por um lado, assume que a unidade do discurso é algo de maior extensão (está hierarquicamente acima de outras unidades), mas, por outro, contextualiza essas unidades e nos leva a considerá-las na sua seqüência. A autora reconhece as dificuldades de um consenso quanto ao que são enunciados, muitas vezes compreendidos como a realização de sentenças. Propõe entendê-los como “unidades de produção linguística (oral ou escrita) que são inerentemente contextualizadas” (p.41), não conseguindo, assim, escapar à mesma armadilha que aponta na concepção funcionalista anteriormente discutida – uma definição extremamente abrangente.

De qualquer forma, é a partir desse ponto de vista que formula dois objetivos para a análise do discurso que parecem perfeitamente apropriados também à discussão dos gêneros de discurso:

- objetivos seqüenciais, relativos a princípios subjacentes à ordem em que um enunciado (ou um tipo de enunciado) se segue a outro;
- objetivos semânticos e pragmáticos, referentes à influência da organização do discurso e do significado e uso de determinadas construções na transmissão e interpretação do conteúdo comunicativo do que é dito. (p.41)

Levando em consideração as concepções apresentadas, um gênero de discurso, enquanto um tipo de enunciado, também se identifica em parte por sua relação com outros enunciados, presentes na seqüência ou dela ausentes (intertextualidade), em parte por seu papel na situa-

ção comunicativa (perspectiva funcional) mas também por seus princípios de organização interna – suas partes constituintes e as combinações regulares entre elas (perspectiva estrutural). Nas seções seguintes deste artigo procurarei focalizar essas perspectivas.

Os gêneros em algumas abordagens à análise do discurso

Os autores que trabalham com a noção de *gênero* são unânimes em reconhecer a dificuldade em lidar com um conceito que se apresenta como “amplo e indistinto demais para ser de muita utilidade para uma análise formal e funcional detalhada.” (Briggs & Bauman, 1992, p.132). Tradicionalmente associados à literatura, os estudos sobre gênero parecem à primeira vista pouco acrescentar ao nosso conhecimento dos processos linguísticos usados no dia-a-dia. Além disso, aplicam-se geralmente a categorizar discursos, e todos os que fazem análises empíricas sabem como é difícil estabelecer classificações que consigam dar conta das sutis diferenças encontradas nos usos reais.

No entanto, várias abordagens à análise do discurso (Schiffrin, 1994) têm tocado de um modo ou de outro na questão dos gêneros. Dentre elas, duas serão aqui destacadas: a etnografia da comunicação, pela frequência com que menciona o conceito; a sociolinguística variacionista, pelas discussões aplicadas à análise de dados. Serão, ainda, exploradas algumas contribuições de Bakhtin, pensador russo cujas idéias sobre gêneros têm despertado o interesse tanto de linguistas como de estudiosos de literatura.

Para outras teorias do discurso (a Teoria dos Atos de Fala, a Pragmática, por exemplo), a questão dos gêneros não tem maior relevância, sendo apresentada de uma perspectiva bem limitada. As extensões de discurso tipicamente analisadas nessas abordagens não necessitam de mais do que um par de enunciados para poder definir o tipo de ato de fala que se realiza ou para perceber que máximas/princípios (relevância, quantidade etc.) estão em jogo. Por essa razão, não há um interesse maior em tipologias textuais: o tipo de discurso que geralmente ilustra seus postulados são fragmentos de conversas ou de entrevistas.

A questão do gênero na *etnografia da comunicação*, abordagem baseada na antropologia e na linguística, exige um preâmbulo. Briggs & Bauman (1992), num panorama crítico do lugar ocupado pelo gênero nas duas disciplinas, afirmam que o interesse pelos estudos de gênero se ori-

gina na convergência entre a antropologia lingüística e os estudos de folclore, em razão da preocupação dos pesquisadores nessas áreas em classificar formas de discurso oral. A classificação seria um recurso útil para categorizar e arquivar textos particulares. Uma tendência na antropologia é a representada por Franz Boas e seus seguidores, que focalizam aspectos culturais e sociais na classificação, levando em conta como os nativos entendem e usam os diferentes tipos de textos. Como toda categorização, no entanto, essa tende ao estabelecimento de tipos ideais, dos quais os textos reais muitas vezes se afastam. A par da tradição de Boas, outra linha na antropologia lingüística busca definir gêneros enquanto estruturas, sob influência do formalista russo Vladimir Propp. São valorizados os aspectos morfológicos (portanto, formais) das unidades discursivas: a estrutura morfológica estável daria identidade ao gênero. Desse ponto de vista, mitos e contos, por exemplo, não seriam distintos. Conforme observam Briggs & Bauman (1992), o que torna uma definição formal incompleta é que ela leva em conta apenas a composição interna de um gênero, e ignora o contexto (não-verbal) em que o gênero ocorre, porque este pode trazer fatores externos que extrapolam o território da lingüística.

Mas é nos anos 60 e 70, com Hymes e os estudos de etnografia da comunicação, que a discussão sobre gênero ganha lugar de destaque. Hymes privilegia categorias de uso, e não categorias estruturais, colocando-se numa perspectiva claramente funcionalista no que diz respeito ao discurso. Distingue como unidades de análise o ato de fala, o evento de fala e a situação de fala, em que entram em jogo não só a competência lingüística, mas a competência comunicativa – o conhecimento do uso apropriado da gramática – e o próprio conhecimento cultural. Uma das tarefas em que o autor se empenhou foi a de relacionar o conceito de gênero a tais unidades de análise.

Para Hymes, os gêneros de discurso “freqüentemente coincidem com eventos de fala, mas devem ser tratados como analiticamente independentes deles” (Hymes, 1974, p.61), já que podem ocorrer em diferentes circunstâncias. Por exemplo, o sermão, um gênero que tem seu lugar típico numa igreja, durante uma cerimônia religiosa, pode ser levado (com suas propriedades) para outras situações, assumindo efeitos humorísticos. Para o autor, a conversa ou a entrevista seriam um gênero, porque dizem respeito a uma atividade que está se realizando, na qual o uso da língua (discurso) é um dos componentes centrais. Já situações em que a fala é apenas incidental – por exemplo, durante um exercício físico –, não seriam eventos comunicativos, não havendo, portanto, um gênero de discurso a eles tipicamente associado.

Embora a definição de Hymes privilegie as atividades comunicativas onde se dá o discurso, o aspecto formal dos gêneros não é esquecido: para Hymes, a noção de gênero implica a possibilidade de identificar características formais tradicionalmente reconhecidas. Em outras palavras, o que define o gênero na perspectiva da etnografia da comunicação é a organização convencional de recursos e estruturas formais, em níveis que ultrapassam o da sentença, estruturas essas que “constituem esquemas de referência complexos para a prática comunicativa”. (Briggs & Bauman, 1992, p.141)

A noção de “prática comunicativa” nos remete à obra de Bakhtin. Dos vários ensaios que dedicou à questão dos gêneros de discurso, tomaremos como referência *Speech Genres* (1986). Uma de suas inovações é substituir a visão estática dos gêneros por uma concepção dinâmica, interacional, levando em conta o processo de produção e recepção do discurso. Por essa razão, Bakhtin contesta esquemas onde só o falante parece ter um papel ativo (por exemplo, o de Saussure). Para ele, um ouvinte que recebesse passivamente a fala do outro não seria um verdadeiro participante no processo da comunicação. Qualquer enunciado não passa de um elo numa cadeia de enunciados de organização muito complexa. E o ouvinte não está alheio a isso. Além disso, este processo se constrói na interface com outros enunciados – todo texto remete a outro texto, é intertextual.

Ao longo do ensaio, os gêneros de discurso aparecem várias vezes identificados como “formas típicas de enunciados” (p.60, 63, 78) ou “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p.61). Dois aspectos ressaltam dessas definições: a valorização do *enunciado* enquanto unidade de análise e o caráter *típico* dos gêneros. Consideremos cada um desses pontos.

Assumindo uma postura crítica à dicotomia saussureana *langue/parole*, Bakhtin defende que a verdadeira unidade de comunicação na fala é o enunciado. A fala só ganha existência na forma de um enunciado pertencente a um sujeito falante específico. Aprender a falar é aprender a construir enunciados, e não meramente a construir sentenças (concepção de discurso de Schiffrin (1994), anteriormente mencionada). Para isso o falante não conta apenas com o sistema linguístico que está usando, mas também com enunciados anteriores – dele próprio e de outros –, com os quais se relaciona de algum modo o que está agora sendo produzido.

Os enunciados podem variar amplamente em termos de extensão, conteúdo e estrutura, mas têm traços em comum enquanto unidades de

comunicação. Apresentam também limites precisos, definidos pela mudança de falantes (que corresponderia à troca de turno na conversa). A mudança de falante assume formas diferentes dependendo da atividade humana que se desenrola e das funções da linguagem em jogo. É a partir disso que podemos distinguir os *gêneros de discurso*. A mudança pode ser observada de maneira simples e direta em situações de diálogo – forma clássica de comunicação linguística, correspondente a um gênero de discurso primário. Outros gêneros são mais complexos, os chamados gêneros secundários, entre os quais menciona os romances, dramas, o discurso da pesquisa científica (Bakhtin, 1986, p.62) – gêneros que surgem em situações de alta organização cultural. Nesses últimos, os gêneros primários se integram e se modificam para adquirir outra realidade, no contexto do enunciado maior. Por exemplo, uma carta pessoal num romance não perde suas características de carta, mas só adquire significação no plano do romance como um todo. Observe-se que com isso se reconhece a necessidade de estabelecer níveis de categorias, o que é indispensável a uma classificação.

A outra constante das definições de gênero de Bakhtin diz respeito a seu caráter *típico*. Ele defende que a *fala (parole)* não tem o caráter individual que Saussure lhe atribui, isto é, não depende puramente de escolhas do indivíduo, restando todo o lado social para a *langue*. Ressalta que ao lado das formas da língua, há também modos de combinação dessas formas, que seriam os gêneros de discurso, mais flexíveis, menos impositivos que as formas da língua (da gramática), embora sirvam para organizar nossa fala quase do mesmo modo como as formas gramaticais. “Assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados e em conjugação com essas formas” (Bakhtin, 1986, p.78). Bakhtin afirma, ainda, que “se os gêneros de discurso não existissem e nós não os tivéssemos dominado, se tivéssemos que criá-los durante o processo da fala e construir cada enunciado à vontade pela primeira vez, a comunicação seria quase impossível” (p.79).

Para ele, portanto, a língua se realiza através de enunciados, sejam eles orais ou escritos. Tais enunciados se distribuem pelas diversas áreas de atividade humana, todas elas envolvendo o uso da língua. E cada uma das atividades humanas se caracteriza por condições específicas e objetivos específicos. Como são inúmeras as atividades humanas, são também inúmeras as possibilidades de discurso associadas a cada esfera de atividade, em que tipos relativamente estáveis de enunciados se desenvolvem. Esses tipos estáveis de enunciados são os *gêneros de discurso*. Ao utilizarmos a língua, sempre o fazemos num dado gênero, ainda que possamos não ter consciência disso.

Partindo de outras motivações, a abordagem varacionista tem aberto espaço à discussão dos tipos de texto. É sabido que a sociolinguística varacionista muito se beneficiou das narrativas de experiência pessoal como rica fonte para obtenção de dados. Nos últimos anos esse espaço vem se ampliando, seja porque os gêneros têm sido tomados como variáveis condicionantes de fenômenos, seja porque o âmbito da análise varacionista vem se estendendo para outras unidades além de narrativas.

Schiffn (1994), ao discutir a aplicação do modelo laboviano ao que chama *unidades de discurso*, exemplificadas inicialmente por narrativas, acaba por fazer algumas incursões na caracterização dos tipos de texto.⁴ Mais uma vez se observa o confronto entre a perspectiva estrutural e a funcional com relação aos gêneros. Schiffn reconhece que, se, por um lado, narrativas podem ter certa autonomia, enquanto estruturas com uma organização característica, por outro, elas são sensíveis ao contexto em que se desenrolam, às experiências de quem as conta.

A comparação entre estruturas textuais, por exemplo, entre narrativas e listas, estas definidas como “estruturas descritivas centradas em categorias e membros de categorias” (Schiffn, 1994, p. 291) pode, segundo a autora, ajudar-nos a compreender melhor por que identificamos uma dada cadeia de enunciados como ocorrência de um gênero de discurso e não de outro.

Listas e narrativas são apresentadas como *unidades discursivas* revelam uma estrutura discursiva particular e fornecem um contexto no qual é possível definir restrições a variantes linguísticas. Schiffn acredita que comparar diferentes estruturas textuais é uma aplicação viável da análise varacionista que pode contribuir não só para nosso conhecimento da variação no nível do texto, como para a nossa identificação de instâncias de gêneros.

Para a autora, a diferença básica entre narrativas e listas é que aquelas contam algo que aconteceu, enquanto estas descrevem uma categoria. Em outras palavras, as unidades básicas de que se constroem seriam distintas: o evento e a entidade, respectivamente.

Mais que isso, esses tipos de texto se caracterizam por diferentes modos de organizar a informação, ou seja, diferentes *estruturas de informação* (cf. 3, a seguir). Schiffn distingue três tipos de estruturas de informação: temporal, descritiva e avaliativa.

Segundo Labov (1975), vê na estrutura temporal o critério central que define uma narrativa. Os eventos são apresentados em orações que

4 A autora evita propositalmente o termo gênero (comunicação pessoal).

se sucedem linearmente no discurso, de tal modo que entendemos que o tempo muda de um evento para outro. Já a estrutura descritiva prescindindo de organização linear (Linde & Labov, 1975), o que a identifica é a presença de predicados estativos (verbos ser, haver etc.). Tais estruturas também ocorrem em narrativas, mas não de forma dominante, como nas listas. Quanto ao terceiro tipo, a estrutura avaliativa, esta aparece relacionada ao grau de subjetividade humana subjacente à atividade da fala, aos recursos de expressividade. Na mesma linha de Labov, a autora atribui à estrutura avaliativa um peso especial na reconstrução de uma experiência como uma estória: a avaliação é o que dá vida a uma narrativa. Embora listas também possam incorporar estruturas avaliativas, estas serão de teor diferente daquelas presentes numa estória.

Em síntese, Schiffrin faz uma distinção entre *estruturas* (temporais, descritivas, avaliativas) e *tipos de texto* (narrativas, listas) ou *unidades discursivas*, e os últimos podem comportar diferentes estruturas, mas são marcados pela predominância de uma delas. O que está latente nessas considerações é a necessidade de estabelecer pelo menos dois níveis distintos em que se pode falar de uma tipologia de textos. Isso nos leva à nossa proposta.

Níveis para uma tipologia de textos

Seguindo as duas tendências observadas na teoria lingüística, de valorizar ora aspectos da estrutura interna da língua (*formais*), ora aspectos externos, relativos a seu funcionamento na comunicação (*funcionais*), podemos, também na consideração dos gêneros de discurso, privilegiar esta ou aquela perspectiva. Em outras palavras, dependendo da orientação teórica que adotemos, podemos estabelecer parâmetros de natureza formal ou funcional para uma tipologia de textos. A proposta que se segue pretende fornecer algumas diretrizes para o tratamento dos gêneros, aproveitando as contribuições das abordagens anteriormente expostas.

1 No espírito da proposta de Schiffrin (1994), creio poderemos distinguir um nível de *estruturas discursivas*, entendidas também como modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. No dizer de Bakhtin, esses são os modos de combinação das formas da língua que nos ajudam a organizar a fala. Para cada uma dessas estrutu-

ras haveria um conjunto de traços lingüísticos característicos, que, sob risco de simplificação, apontaria como referentes a: tempo/aspecto/modo verbal, tipo de predicado, unidade semântica básica, pessoa do discurso referida, unidade sintática básica.

Essa perspectiva valoriza as estruturas discursivas disponíveis na língua, que não passariam de uma lista limitada de tipos, correspondentes em linhas gerais ao que tradicionalmente se identifica com os gêneros de discurso: estruturas narrativas, descritivas, expositivas, expressivas, procedurais, dialógicas.

Desse modo, uma *estrutura narrativa* será caracterizada pelo verbo no pretérito perfeito em predicados de ação, em torno de eventos referentes à primeira ou à terceira pessoas, sintaticamente organizadas em orações com junctura temporal.

Já uma *estrutura descritiva* terá o verbo numa forma não perfectiva, num predicado estativo em torno de entidades (mais freqüentemente de terceira pessoa), sintaticamente centrada em estruturas nominais.

Estruturas procedurais têm em comum com as narrativas a exigência de uma organização seqüencial. A referência à pessoa tem menos interesse que o processo em si – daí a incidência de sujeitos genéricos ou a impessoalidade – e o verbo se apresenta no modo dos diretivos – o imperativo, podendo encontrar-se também nas formas de futuro ou infinitivo. Sintaticamente se observa o predomínio de orações independentes.

À classificação estrutura avaliativa de Schiffrin (1994) prefiro a de *estrutura expressiva*. Essa designação é reservada a estruturas com verbo preferencialmente no presente, em predicados com verbos de opinião, avaliativos ou subjetivos, de um modo geral (verbos de cognição, percepção, volição, sentimento, por exemplo) em que predomina a primeira pessoa.

A essas podemos acrescentar as *estruturas* de tipo *expositivo/argumentativo*, cuja unidade semântica será a proposição, em construções sintáticas mais complexas (subordinação). Os verbos são usados em formas não perfectivas, havendo forte contingente de construções hipotéticas. Há ainda *estruturas dialógicas*, facilmente identificáveis pela alternância de participantes/pessoas do discurso envolvidas.

À exceção do último tipo, tais estruturas estão disponíveis na língua para atualização na modalidade falada ou na escrita.⁵ A diferença

⁵ Ainda assim, as estruturas dialógicas podem se ver reproduzidas em certas formas de escrita, como cartas pessoais.

entre os gêneros orais e escritos aparecerá na medida em que considerarmos as atividades ou situações comunicativas a que se associam. Isso nos leva ao segundo nível de nossa proposta.

2 O nível seguinte de identificação de tipos de texto deixa o plano das potencialidades da língua para voltar-se para o *uso* dessas estruturas em situações reais de comunicação. Corresponde à atualização dos traços linguísticos acima descritos em *unidades comunicativas* bem delimitadas, ocorrendo em contextos específicos – instâncias de uso das estruturas, em que elas aparecem sob organizações típicas. Haveria aqui um número bem maior de possibilidades do que no nível anterior, já que esses “tipos relativamente estáveis de enunciados” (cf. Bakhtin) estão associados às diversas atividades que desenvolvemos. Por exemplo, a *conferência*, a *estória*, a *piada*, a *reportagem policial*, o *editorial*, a *carta* etc.

Claro está que, ao distinguirmos esses dois níveis, estamos ao mesmo tempo contemplando critérios formais, internos (para as *estruturas discursivas* do nível 1) e funcionais, do âmbito do discurso, para as *unidades comunicativas*.

Relacionando os dois níveis propostos e ilustrando esta concepção, podemos dizer que *estruturas* do tipo narrativo se realizam em *unidades* como *estórias*, *novelas*, *contos*, *relatos*. Estruturas expressivas aparecem em cartas de recomendação. Estruturas expositivas em artigos acadêmicos, e assim por diante.

Esse nível estaria mais próximo das unidades discursivas de Schiffrin: a *estória*, as *listas* etc. A propósito, a própria autora sugere que listas são “uma realização no nível do discurso de uma categoria descritiva” (Schiffrin, 1994, p.296).

Nesse nível deverá haver alguns exemplares prototípicos que se destacam, ou seja, alguns tipos que apresentam todas (ou quase todas) as propriedades que permitem a mais rápida identificação daquele tipo de texto com uma estrutura de referência, servindo assim como ponto de referência para instâncias não tão claras. Assim, a *estória* ilustra, tipicamente, a concretização de uma estrutura narrativa. A *receita*, de uma estrutura procedural. Outras unidades discursivas seriam, certamente, mais problemáticas pela variedade de estruturas que podem incorporar: a *entrevista*, entre os gêneros orais; a *carta pessoal*, entre os escritos (gêneros secundários, segundo Bakhtin).

Uma categorização baseada na noção de protótipo vem se opor à teoria clássica (aristotélica) de categorização (Taylor, 1989). Na visão clássica, as categorias são claramente definidas; não cabe perguntar,

por exemplo, até que ponto um exemplar pertence a uma dada categoria. Já numa teoria de protótipos é possível trabalhar com escalas, graduações. Para uma tipologia dos gêneros, tal teoria tem a vantagem de conferir maior flexibilidade ao tratamento das categorias e reconhecer a impossibilidade de, muitas vezes, se traçarem limites nítidos, quando examinamos os dados empíricos. Assim, como classificar seqüências de discurso que obedecem a uma ordem cronológica, em que são relatados acontecimentos do passado, centrados numa pessoa, mas cujo verbo característico é o imperfeito, e não o perfeito, e que não visam ressaltar um ponto, como uma estória? Silva & Macedo (1989), ao analisarem a freqüência de uso de marcadores conversacionais nesse tipo de discurso, constataram seu caráter limítrofe entre estruturas narrativas e descritivas e optaram por chamá-las de descrições de vida.

As entidades são categorizadas com base em seus atributos, mas, segundo Taylor (1989), eles podem ser também de ordem funcional (dizem respeito ao uso que fazemos dos objetos) ou interacional (como as pessoas manuseiam o objeto) (p.41). Ora, o que fazemos tipicamente com uma estória? Podemos contá-la simplesmente para relatar a alguém distante o que se passou num momento de nossas vidas, como em cartas pessoais. Ou usá-las como um episódio exemplar, capaz de reforçar nossa argumentação. Chegamos, assim, a um terceiro nível de classificação.

3 Considero, portanto, que há ainda a possibilidade de examinar os tipos de texto de uma perspectiva mais abrangente – um nível que leve em conta a *função/propósito comunicativo* (Nichols, 1984) com que dada unidade discursiva é empregada, sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa. Por exemplo, uma unidade discursiva como uma estória pode ser utilizada para dar um conselho; ou uma lista pode servir para destacar o ponto principal de uma estória. Nesse plano dificilmente encontraremos um gênero “puro”. É o terreno das superposições, em que nossa atenção se volta para identificar qual a intenção predominante, à semelhança do que propõe Jakobson (1969) para as funções da linguagem.

Nesse sentido, uma questão que se coloca de imediato é a da extensão de discurso que se considera. Por exemplo, narrativas, que são o gênero de discurso mais investigado nos estudos lingüísticos, não receberam toda essa atenção por acaso. Unidades narrativas (estórias) são mais facilmente identificáveis e delimitáveis que outros tipos de texto. Há mesmo quem as considere o tipo básico de texto, podendo servir a qualquer função discursiva (Virtanen, apud Marcuschi, 1992). Porém, as

inúmeras análises da organização do discurso narrativo (Labov, 1975; Polanyi, 1985; Gee, 1986; Hopper, 1979; Chafe, 1980, 1987; Schiffrin, 1984, entre muitas outras) sempre tomam como referência unidades (estórias) completas, com complicação e resolução. Se entendemos narrar como relatar experiências numa ordenação temporal que tenta reproduzir, no discurso, a seqüência temporal dos eventos na realidade, há muitas instâncias de narrativas. Algumas mais longas e com vida própria – um conto, por exemplo. Outras bem mais curtas, podendo chegar à “narrativa mínima” – duas orações com junção temporal, como vemos muitas vezes inseridas em cartas pessoais. Nesse caso, a narrativa mínima pode apenas servir de pano de fundo para um discurso de natureza expressiva, centrado nos comentários subjetivos do emissor (Paredes Silva et al., 1994). Portanto, a nosso ver, nem todas as instâncias de narrativas serão, necessariamente, estórias, ou terão sua extensão.

Essa questão nos remete à discussão de Polanyi (1985), quando a autora distingue *estórias* de *narrativas*. Para ela, *estórias* têm uma organização narrativa, no sentido de que há uma ordem de eventos que deve refletir a ordem real em que ocorreram. No entanto, nem todas as narrativas são histórias. “Para ser uma história, um relato de eventos e circunstâncias deve ter um ponto, ser contado para transmitir uma mensagem sobre o mundo em que falante e ouvinte vivem” (p.189).

Na verdade, a autora retoma, com rótulos diferentes, uma observação de Labov (1975), ao afirmar que a narrativa, para valer a pena, tem que levar a um ponto, sob o risco de o interlocutor, ao seu término, perguntar: e daí? Em outras palavras, uma narrativa tem que ser contada de um modo que valorize o que está sendo relatado, para que o ouvinte se sinta compensado (e não frustrado) pela atenção que despendeu. Esse resultado só é obtido na medida em que o narrador é capaz de explorar os recursos avaliativos. E aqui já estamos em outro plano, o do papel que a história contada em meio a uma conversa desempenha na interação, a função social que a história pode ter, no sentido do auto-engrandecimento do narrador, por exemplo (Schiffrin, 1984).

De acordo com a classificação em níveis aqui proposta, essa distinção poderia ser trabalhada como resultante da diferença entre a estrutura de um gênero (narrativa), sua ocorrência num tipo de enunciado (estória) e a inserção da unidade/estória num tipo de discurso mais abrangente, onde teria uma função peculiar, um propósito comunicativo específico, realizando um ato de fala. Parece, portanto, claro que estamos lidando com níveis hierárquicos distintos de conceitos.

A questão que se coloca, mais do que a do reconhecimento da estrutura, é quando uma narrativa/estória constitui por si uma unidade de

comunicação ou quando está inserida em uma unidade maior. Por exemplo, estórias freqüentemente são contadas no correr de uma conversa, entrevista ou carta (gêneros secundários, para Bakhtin), sem perder suas características enquanto tais. Mas nesse ponto, pergunta-se: a qual propósito estão servindo? Trata-se, portanto, do nosso terceiro nível de análise.

Chegamos, assim, a uma proposta em que os *gêneros* podem ser inicialmente entendidos como modos de organização da informação ou de estruturação discursiva; num segundo momento, como *unidades de uso* dessas estruturas discursivas em situações comunicativas particulares; ou ainda como categorias que incorporam vários modos de condução discursiva, de um modo mais complexo e abrangente, como a carta pessoal e a conversa, onde diversas unidades menores coexistem, sem, no entanto, perder suas características enquanto unidades discursivas. Desse modo, são considerações de ordem formal e de ordem funcional que se integram na categorização.

Considerações finais

Parece claro que uma das grandes dificuldades encontradas nas classificações de gêneros de discurso, de um ponto de vista lingüístico, decorre da falta de distinção entre os planos ou níveis de análise. Se colocamos lado a lado cartas e narrativas, conferências e descrições, como gêneros de discurso, estamos misturando ao menos duas ordens de critérios: formais (estruturais), no sentido das características internas à organização da língua, e funcionais, no sentido de unidades típicas do discurso.

Acrescente-se a isso o fato de a categoria de *gênero* ser normalmente atribuída a textos completos. Ora, um de nossos problemas, ao fazer análises empíricas, é exatamente identificar e delimitar porções de discurso inseridas em outras unidades maiores (por exemplo, trechos argumentativos ou narrativos dentro de entrevistas ou cartas). Qual a extensão desejável para se considerar que uma seqüência está representando uma instância de gênero? E como trabalhar com essas inserções e superposições, senão com o estabelecimento de planos, levando em conta as marcas formais e ao mesmo tempo os diferentes propósitos em jogo?

Poderíamos, como Biber (1988), ter adotado uma diferença terminológica, distinguindo *gênero* de *tipo de texto* a partir da aplicação de

critérios externos e internos, respectivamente: para ele, categorias de *gênero* se definem com base no uso, no propósito do falante, e não na forma. Esta serviria para agrupar o que ele chama de *tipos de texto*. Preferimos, no entanto, aplicar os termos *estruturas* (narrativas, descritivas etc.) quando se levam em conta recursos formais, considerando, como Hymes e Bakhtin, que o *gênero* sempre se realiza no enunciado, ou seja, no discurso. Uma instância de gênero (uma unidade como uma *estória*) poderá ficar registrada num texto, mas cada realização poderá obter novos efeitos discursivos. A “mesma” estória, contada em diferentes situações, por diferentes pessoas para uma audiência também diferente continuará provocando as mesmas reações e cumprindo a mesma função?⁶

Muitas questões foram aqui apenas mencionadas. Sabemos que a análise dos gêneros se situa na confluência dos estudos sobre o *continuum* fala/escrita: há gêneros tipicamente orais (a conversa) ou escritos (o artigo acadêmico), mas outros se aplicam igualmente às duas modalidades (a estória). Essa diferença aparece a partir de nosso segundo nível de análise, já que, em termos de estruturas discursivas, os recursos estão disponíveis para uso em uma ou outra modalidade.

Outro conceito complexo, freqüentemente imbricado com o de gênero, é o de *estilo*. Será o chamado discurso acadêmico, por exemplo, um gênero ou um estilo em que se escrevem (e inscrevem) várias estruturas discursivas? Nesse ponto, parece ter razão Swales (1990), ao afirmar que traços de estilo (ou registro) dizem respeito a escolhas que fazemos no nível da sintaxe ou do vocabulário, mas não do texto como um todo, onde estão as restrições relativas ao gênero.

Ao adotarmos a distinção de Gülich (apud Marcuschi, 1992) entre classificações e tipologias, podemos dizer que este trabalho se iniciou como uma categorização, em bases empíricas, mas evoluiu para a formulação de critérios que dessem conta das generalizações captadas – uma tipologia, portanto.

Contudo, dada a abrangência do tema, dificilmente conseguiremos chegar a um acordo quanto a uma tipologia única. Outros critérios fossem estabelecidos e, certamente, teríamos outras tipologias. Acredito, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros.

6 Não estou incluindo nesse conjunto de variáveis as diferenças culturais, que certamente trariam problemas de outra ordem.

SILVA, V. L. PAREDES. Form and function in discourse genres. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.79-98, 1997.

- **ABSTRACT:** *This article presents some reflections on the issue of discourse genres and/or text types. First of all definitions of discourse are presented according to the two main current paradigms in linguistics – the formalist and the functionalist. Then concepts of discourse genre (or text types) are related to those definitions. Finally genre categorization in levels is offered, taking into account structural and functional criteria. On the first level, linguistic features of the texts are examined, allowing the identification of discourse structures; on the second, the use of the structure in conventional communicative units is considered, and on the third, the communicative purpose of the author is evaluated.*
- **KEYWORDS:** *Discourse genre; text type; genre categorization; structural and functional criteria; communicative purpose.*

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. M. *Speech Genres and other late Essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BIBER, D. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BRIGGS, C., BAUMAN, R. Genre, intertextuality, and social power. *Journal of Linguistic Anthropology*, v.2, n.2, p.131-72, 1992.
- BROWN, G., YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHAFE, W. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: _____. (Ed.) *The Pear Stories: Cognitive, Cultural and Linguistic Aspects of Narrative Production*. Norwood, NJ: Ablex Press, 1980.
- _____. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (Ed.) *Spoken and Written Language*. Norwood: Ablex, 1982.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- _____. Some things that narratives tell us about the mind. In: BRITTON, B., PELLEGRINI, A. (Ed.) *Narrative Thought and Narrative Language*. Hillsdale: Erlbaum, 1990.
- GEE, J. Units in the production of narrative discourse. *Discourse Processes*, v.9, p.391-422, 1986.
- GRIMES, J. E. *The Thread of Discourse*. The Hague: Mouton, 1975.

- HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979. v.12.
- HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JEFFERSON, G. Sequential aspects of storytelling in conversation. In: SHENKIN, J. (Ed.) *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 1978.
- KINNEAVY, J. A pluralistic synthesis of four contemporary models for teaching composition. In: FREEDMAN, PRINGLE, YALDEN (Ed.) *Learning to Write: First Language/Second Language*. London: Longman, 1983.
- LABOV, W. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1975.
- LINDE, C., LABOV, W. Spacial networks as a site for the study of language and thought. *Language*, v.51, n.4, p.924-39, 1975.
- MARCUSCHI, L. A. *Sugestões para o desenvolvimento de uma tipologia de texto falado e escrito*. Recife, 1992. (Mimeogr.).
- MATHIESSEN, C., THOMPSON, S. The structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review Antropology*, v.13, p.97-113, 1984.
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PAREDES SILVA, V. L., SAGRES, M. T., CARMO, L. A. Narrativas em cartas pessoais. In: ENCONTRO DA ASSEL, 3, 1994, *Anais...* Niterói: UFF, 1994.
- POLANYI, L. Conversational storytelling. In: VAN DIJK, T. (Ed.) *Handbook of Discourse Analysis*. London: Academic Press, 1985.
- SCHIFFRIN, D. How a story says what it means and does. *Text*, v.4, n.4, p.313-46, 1984.
- _____. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- SILVA, G. M. O., MACEDO, A. *Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais*. Rio de Janeiro, 1989. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).
- SWALES, J. *Genre Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAYLOR, R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1989.

Bibliografia consultada

- LONGACRE, R. E. *An Anatomy of Speech Notions*. Lisse: Peter de Ridder Press, 1976.
- OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979. v.12.
- POLANYI, L. Linguistic and social constraints in storytelling. *Journal of Pragmatics*, v.6, p.509-24, 1982.
- TANNEN, D. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, v.58, n.1, p.1-21, 1982.
- _____. Relative focus on involvement in oral and written discourse. In: OLSON, D., TORRANCE, N., HUDYARD, A. (Ed.) *Literacy, Language and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.